

Cantanhede avança com elaboração de Estratégia Local de Habitação



O Município de Cantanhede está a elaborar a Estratégia Local de Habitação (ELH) para o concelho, no âmbito da qual se propõe desenvolver dinâmicas consentâneas com a Nova Geração de Políticas de Habitação.

O documento será desenvolvido a partir de um inventário das carências existentes relativamente ao acesso à habitação, considerando ainda os recursos e as dinâmicas de transformação das áreas edificadas e de edificação, após o que serão definidas as metas e os objetivos a atingir no período de vigência e especificadas as soluções habitacionais a implementar em função das prioridades que vierem a ser enunciadas.

Com base neste enquadramento, a autarquia cantanhedense realizou duas ações de sensibilização destinadas a mobilizar os presidentes de junta, os agentes do setor imobiliário e outras entidades a colaborarem na realização do diagnóstico da realidade habitacional do concelho, numa perspetiva social e técnica. As sessões de trabalho foram dirigidas pelo vice-presidente da Câmara Municipal, Pedro Cardoso, responsável pelo pelouro do urbanismo, e contaram com a presença da vereadora Célia Simões, que tem a seu cargo a área da Solidariedade e Ação Social.

Durante as sessões, Pedro Cardoso enfatizou “a importância da Estratégia Local de Habitação como ferramenta orientadora das ações a empreender para alargar as oportunidades de acesso à habitação a todos os setores da população e integrando respostas específicas para os setores socialmente mais vulneráveis. Nesta fase, o que se pretende é obter indicadores fiáveis sobre o impacto das carências sociais e económicas na habitação, para a partir daí se estabelecer um quadro estratégico consistente com planos de ação específicos no sentido de mobilizar recursos e explorar oportunidades de financiamento que permitam resolver as necessidades e fragilidades identificadas”, concluiu.

Na mesma linha foi a intervenção da vereadora Célia Simões, que lembrou o facto de a

Estratégia Local de Habitação ser “um requisito obrigatório para se poder beneficiar do 1º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, que é um fator da maior relevância quando se pretende intervir para proporcionar habitação condigna a famílias socialmente desprotegidas” Ainda segundo o que foi referido nas sessões, o documento a elaborar com apoio de uma empresa de consultoria deverá articular os objetivos e as ações a desenvolver em matéria de política de habitação com as outras políticas setoriais, nomeadamente em matérias como gestão urbanística, intervenção social e emprego, educação, saúde e transportes, entre outras. Outro dos aspetos aflorados durante os encontros com os presidentes de junta e os agentes do setor imobiliário foi a intenção de se reforçar a aposta na reabilitação das zonas urbanas, no sentido de as tornar ainda mais atrativas, seguras e ambientalmente sustentáveis, considerando que este é também um fator de coesão social imprescindível na implementação da estratégia local de habitação.